

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2003

(Do Sr. Deputado Eduardo Paes)

Altera os arts. 10 e 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que “Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 10, *caput*, e 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, passam a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 10. Constatada a existência de posse ou ocupação em desacordo com o disposto na legislação vigente, o agente responsável deverá tomar, imediatamente, as medidas cabíveis para a retomada da posse do imóvel e, em caso de insucesso, solicitar no prazo máximo de trinta dias corridos a respectiva reintegração de posse, sob pena de crime de responsabilidade.

.....”(NR)

“Art. 23. ....

§ 1º A alienação deverá ser priorizada quando não houver interesse público, econômico ou social em manter o imóvel no domínio da União, nem inconveniência quanto à

preservação ambiental e à defesa nacional no desaparecimento do vínculo de propriedade.

§ 2º A alienação deverá ser precedida de consulta aos Estados e Municípios de localização do imóvel, acerca do interesse desses entes em adquiri-lo, permitido o ajuste de contas entre as partes.

§ 3º A competência para autorizar a alienação poderá ser delegada ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, permitida a subdelegação.”(NR)

Art. 2º Constatada a situação disciplinada no § 1º do art. 23 da Lei nº 9.636/98, os procedimentos para a alienação do imóvel deverão ocorrer até trezentos e sessenta e cinco dias após a publicação desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

No atual quadro de crise fiscal do Estado brasileiro, que condiciona uma situação de extrema escassez de recursos para fazer frente às políticas públicas demandadas por seus cidadãos, torna-se indispensável um maior rigor na busca pela otimização de todos os recursos públicos potencialmente disponíveis.

Nesse contexto, uma das medidas mais imediatas e moralizadoras que se pode e deve empreender é a de racionalizar ao máximo a utilização dos imóveis integrantes do patrimônio da União, de forma a evitar todo e qualquer desperdício nessa área e propiciar uma fonte interna de recursos a serem canalizados para as políticas sociais.

Tendo em vista este propósito, entendemos ser indispensável alterar os textos do *caput* do art. 10 e dos parágrafos do art. 23 da Lei nº 9.636/98 no sentido de:

- fixar um prazo máximo para os agentes responsáveis esgotarem as medidas judiciais possíveis para a retomada/reintegração de posse de imóveis da União ocupados irregularmente, sob pena de os mesmos responderem por crime de responsabilidade;

- priorizar a alienação toda vez que não houver interesse público, econômico ou social em manter o imóvel no domínio da União, nem inconveniência quanto à preservação ambiental e à defesa nacional no desaparecimento do vínculo de propriedade;
- determinar que a alienação de imóveis da União deverá ser precedida de consulta aos Estados e Municípios de localização desses imóveis, acerca do interesse desses entes em adquiri-los, permitido o ajuste de contas entre as partes.

Como complemento à alteração pretendida para o § 1º do art. 23 da Lei nº 9.636/98, entendemos, ainda, estabelecer, como disposição transitória, que todos os procedimentos que se fizerem necessários para a referida alienação, nos casos em que a sua necessidade já foi constatada, sejam iniciados em até 365 dias após a publicação desta Lei.

Em face do exposto, submetemos este projeto à apreciação dos nobres parlamentares com a convicção de que as estamos contribuindo para a utilização mais eficiente do patrimônio imobiliário da Nação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2003.

Deputado Eduardo Paes